



BALANÇO

CONTÁBIL

2018

*O balanço foi publicado no dia 25 de abril de 2019, no Diário Oficial do município de São José do Rio Preto, no Jornal Dhoje.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E EXTENSÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - FAPERP - CNPJ. 01.577.672.0001-27				
Rua Siqueira Campos, nº 3926, Bairro Santa Cruz - São José do Rio Preto - SP				
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	
ATIVO			RECEITAS OPERACIONAIS	
ANOS	2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE	2.877.007,58	3.691.284,51	523.856,66	3.550.488,31
CAIXA E EQUIV. CAIXA	2.670.089,34	3.483.103,94	CONTRIBUIÇÕES	
Caixa	3.853,52	1.665,85	Cursos Entensão, Difusão e Atualização	94.877,00
Bancos Conta Movimento	22.505,37	32.920,34	Projetos, Proj. Científicos e Eventos Diversos	114.257,49
Recurso livres	22.505,37	22.093,08	Subvenção/Auxílio - Prefeitura Municipal de SJRP	
Recursos com restrição	0,00	10.827,26	Secretaria Municipal da Mulher	
Aplicações Financeiras	2.380.976,50	3.197.586,52	Conv. Nº. 078/2015	0,00
Recurso livres	2.380.976,50	3.197.586,52	Secretaria Municipal da Educação	
Aplicação Financeira com Vinc. Patrimonial	262.753,95	250.931,23	Conv. Nº. 081/2015	0,00
CRÉDITOS	206.918,24	208.180,57	Secretaria Municipal da Assistência Social	
Outros Créditos a Receber	206.918,24	208.180,57	Conv nº 080/2015 - Municipal	0,00
NÃO CIRCULANTE	769.559,55	592.067,34	Conv nº 080/2015 - Estadual	0,00
APLICAÇÃO A LONGO PRAZO	2.209,05	35.262,57	Conv nº 080/2015 - Federal Serv. Co	0,00
Capitalização	2.209,05	35.262,57	Conv nº 080/2015 - Federal Reprogra	0,00
IMOBILIZADO	765.200,50	554.654,77	Receitas Financeiras	213.819,17
Imobilizado Técnico	1.117.164,52	884.710,30	Receitas de Patrocínio	6.350,00
(-) Depreciação Acumulada	(351.964,02)	(330.055,53)	Trabalho Voluntário	94.553,00
INTANGÍVEL	2.150,00	2.150,00	DESPESAS OPERACIONAIS	(1.392.513,74)
Marcas e Patentes	2.150,00	2.150,00	Despesas de Execuções Projetos/Cursos	(154.108,81)
TOTAL ATIVO	3.646.567,13	4.283.351,85	Despesas subvenção PM/SJRP	0,00
			Despesas Apoios financeiros	(13.884,85)
			Despesas Administrativas	(580.213,25)
			Despesas Bancárias/Financeiras	(2.224,80)
			Despesas Tributárias	(35.629,79)
			Despesas Gerais	(511.899,24)
			Trabalho Voluntário	(94.553,00)
			RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	0,00
			Receitas Não Operacionais	0,00
			DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	0,00
			Despesas Não Operacionais	0,00
			SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-868.657,08
				13.094,00
Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial comparativo, cujo Ativo e Passivo estão uniformes na mesma importância de: Exercício de 2018, valor de R\$3.646.567,13 (Três milhões seiscentos e quarenta e seis mil quinhentos e sessenta e sete reais e treze centavos) e Exercício de 2017, valor de R\$4.283.351,85 (Quatro milhões duzentos e oitenta e três mil trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos).				
NOTAS EXPLICATIVAS:				
01) Contexto Operacional I: A entidade "FAPERP Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de São José do Rio Preto" é uma Fundação, com sede e foro na cidade de São José do Rio Preto/SP, na Rua Siqueira Campos n.3926, na Vila Santa Cruz.				
02) Contexto Operacional II: A entidade "FAPERP Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de São José do Rio Preto" tem como objeto social em promover e estimular estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, educacionais, assistenciais, culturais e ambientais; cursos e treinamentos especializados com objetivos científicos ou profissionais; e dentre outras. Suas atividades teve início em 25/11/1996.				
03) Políticas Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis Brasileiras compreendendo a legislação societária Brasileira (Lei nº 6.404/76 e demais atualizações), os Pronunciamentos (CPC), as Interpretações (ITG 2002) e as Orientações emitidas pelo CFC homologadas pelos órgãos reguladores, tudo em consonância com as Normas Contábeis				
04) Caixa e Equivalentes de Caixa: O Caixa é mantido com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ou seja, liquidez imediata para realização, já as Contas Correntes (contas bancárias) tem sua liquidez csem restrição.				
05) Aplicações Financeiras: São valores registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço (31/12/2018), estes saldos estão condicionados aos Recursos sem Restrição (Livres).				
06) Outros créditos a receber I: Saldo a receber de R\$ 72.800,00 foi provisionado como credores de liquidação duvidosa (PCLD).				
07) Outros créditos a receber II: Estes saldos representam os valores pelos serviços prestados com a expectativa de receber sempre no próximo período (MENSALIDADES), e o Aluguel em Caução firmado junto à locação do Imóvel com a expectativa de devolução logo que for devolvido o imóvel.				
08) Créditos Sociais e Trabalhistas: Composição de valores na conta INSS A COMPENSAR E A RECUPERAR para o período de 2019 e composição de valores na conta de PEDIDO DE RESTITUIÇÃO PREVIDENCIÁRIO através de PER/DCOMP formalizado em 25/10/2017.				
09) Títulos de Capitalização: Os títulos adquiridos pela entidade estão contabilizados ao seu preço de aquisição.				
10) Imobilizado: Estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos das depreciações, estas depreciações são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada imobilizado (Imóveis: 50 anos, Móveis e Utensílios: 10 anos, Equipamentos: 10 anos e Computadores e Acessórios: 5 anos).				
11) Obrigações Sociais, Trabalhista, Previdenciária e Tributárias: Contabilizadas por competência no decorrer do ano de 2018, ficando apenas as de 12/2018 para serem quitadas em 01/2019.				
12) Provisões: As Provisões dos 13º Salários e das Férias são constituídas mensalmente conforme determinação.				
13) Patrimônio Social: Constituído pelas Receitas de Cursos e Projetos deduzidos das despesas relacionadas. As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.				
14) Trabalho Voluntário: Conforme prevê a Resolução CFC nº 1409 que aprovou ITG 2002, Entidade sem Finalidade de Lucro, o Trabalho Voluntário deve ser reconhecido pelo Valor Justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A Diretoria e o Conselho Curador não são remunerados pelas suas atividades desenvolvidas.				
15) Ação Civil Pública: Em 24 de abril de 2006 foi distribuído processo de ação civil pública que foi julgado procedente em parte em 24 de julho de 2009. A Fundação recorreu e o julgamento da ação rescisória foi também julgado com procedência parcial em 22 de novembro de 2017. Trata-se de ação civil pública condenando a Fundação ao pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios pelo prazo de quatro anos e que foi revertido para três anos com base na ação rescisória. Assim, a Fundação somente terá autorização para contratar com o Poder Público a partir de 23 de agosto de 2019. Em 3 de dezembro de 2017 o Ministério Público do Estado de São Paulo concordou com o parcelamento proposto de 36 vezes do valor de R\$ 310 mil visando o interesse público da instituição e a solução da questão. A homologação do judiciário foi efetuada no exercício corrente				
Luiz Carlos Baida Diretor-Presidente	Marinonio Lopes Cornélio Diretor-Administrativo	Severino Torres Vidal CRC. 1SP242343/0-7		